MILHO

O IBGE estimou, em março, a safra 1985/86 em cerca de 18,7 milhões de t, 3,5 milhões de t a menos do que no ano passado. O rendimento físico médio foi calculado em apenas 1.550 kg/ha. A estiagem foi mais séria no Rio Grande do Sul e Paraná.

A avaliação do **IBGE**, posterior à divulgação dos **Valores Básicos de Custeio** e do preço-base da safra **1985/86**, revelou que a área semeada no Centro-Sul seria 5% maior do que a área colhida do período anterior. No entanto, existiam reservas quanto à repetição das boas condições climáticas verificadas em 1984/85 e se estimou que o rendimento físico da cultura ficaria mais próximo da média de 2.050 kg/ha, registrada entre 1981 e 1985, do que dos 2.241 kg/ha observados em 1985.

A estiagem prolongada castigou grande parte das áreas produtoras do Centro-Sul, afetando bastante as plantações. Isto levou o governo federal a tomar medidas de apoio ao produtor rural, tais como: 1) extensão do reajuste do preço-base até julho; 2) ampliação do prazo do plantio até 31 de janeiro; 3) ampliação da cobertura do **Proagro** e maior rapidez na sua liberação; 4) prorrogação do prazo do financiamento dos **EGF's** para a aquisição de sementes por trinta dias; e 5) postergação por um ano do pagamento de 50% do financiamento de custeio da safra. No caso do milho, estas medidas beneficiaram apenas parte dos produtores, pois a maioria é formada por **pequenos agricultores**, que mantêm suas lavouras quase totalmente com recursos próprios ou obtidos fora do sistema bancário.

Nas áreas afetadas pela seca, os produtores que foram ajudados também pelo crédito final de manutenção, de seis salários mínimos por família, repetiram a semeadura do milho ou optaram pelo plantio da soja, tendo em vista o esgotamento do prazo recomendado para o plantio do primeiro. Nessa fase, recrudesceram o ataque de pragas e o encarecimento dos insumos, tornando mais nebulosas as perspectivas da colheita.

As estimativas da área plantada passaram a decrescer e, como se sabia que a colheita iria atrasar, as cotações se **aqueceram**, em outubro do ano passado, levando o governo federal a acelerar a venda de seus estoques e a anunciar a compra de milho nos **EUA**.

A escassez provinha da demanda quase exclusiva dos pequenos criadores de animais que, devido à sua reduzida capacidade de armazenagem, normalmente estocam muito pouco a cada safra. Por seu turno, à medida que o governo prosseguia suas vendas, os arremates maciços por parte de compradores que não representavam os interesses dos pequenos criadores vieram tumultuar os pregões, aumentando os estoques em poder das maiores empresas privadas. Com a atuação firme dos grandes compradores nos leilões oficiais, estava composto, portanto, o quadro de aumento artificial dos preços do milho. A **CFP**, atenta a este movimento, determinou, em novembro, que somente produtores, cooperativas e indústrias de rações poderiam participar dos leilões, além de estipular o depósito inicial de 50% do valor da compra. Esta medida afastou os especuladores, que necessitariam de altas quantias para proceder ao arremate de grandes partidas individuais.

Simultaneamente, o governo anunciou, na imprensa, vendas a termo do produto a ser importado, e que essas operações, sem limite pré-fixado e isentas de **ICM**, seriam implementadas até a normalização do abastecimento interno. Posteriormente, liberaram-se as importações para a iniciativa privada, de forma a tranqüilizar definitivamente os consumidores, uma vez que o governo contava com dois trunfos para atender esse objetivo: o superávit da balança comercial e a grande oferta de milho (a baixos preços) no mercado mundial.

De fato, a situação internacional é bastante favorável, pois, segundo relatório do **USDA**, de meados de dezembro, a produção mundial em **1985/86**, estimada em 528,3 milhões de t, deverá ser recorde, prevendo-se um estoque final, também recorde, de 95,3 milhões de t. Em conseqüência, as cotações do produto na **Bolsa de Chicago** vêm declinando, sendo a média de 1985 (US$ 2,54/bushel) 21% inferior à registrada em 1984.

O **Conselho Monetário Nacional** autorizou, inicialmente, a importação de um milhão de t, tendo sido emitidas, até meados de fevereiro, guias correspondentes à aquisição de 980 mil t, no valor total de US$ 111 milhões (ou seja, ao preço médio de US$ 113/t).

A decisão governamental de realizar as vendas do produto importado para entrega futura parece ter sido

correta, por algumas razões: 1) conseguiu, de imediato, **esfriar** (ainda que parcialmente) o mercado, pois contornou o problema da demora natural para chegar ao interior qualquer artigo importado; 2) propiciou condições de retirada imediata do produto desembarcado, evitando perdas qualitativas e **racionalizando** o consumo; e 3) provou que a disponibilidade interna não era tão baixa como se apregoava, pois, caso contrário, o mecanismo de oferta a termo não teria sido capaz de levar ao arrefecimento imediato (embora temporário) das cotações, como ocorreu nos pregões da **Bolsa de Cereais de São Paulo.**

Em março, o **IBGE** estimou a safra 1985/86 em cerca de 18,7 milhões de t, isto é, 3,5 milhões de t a menos do que no ano passado. O rendimento médio foi calculado em apenas 1.550 kg/ha. A estiagem afetou mais severamente o Rio Grande do Sul e o Paraná e, em menor escala, São Paulo e Santa Catarina.

No Rio Grande do Sul, o desenvolvimento irregular da cultura provocou uma grande quebra da safra, aguçando a situação de iliqüidez do produtor. Não bastasse o fato de muitos agricultores, enquadrados como miniprodutores de milho, não terem acesso ao crédito bancário, a frustração da lavoura semeada em agosto/setembro foi inesperada e prejudicou os poucos tomadores de empréstimos, que, como fazem habitualmente, não optaram pelo seguro. Além de a seca ter afetado a planta em etapas cruciais, como o desenvolvimento e a fase de granação, a umidade do grão a ser colhido deverá ficar abaixo dos 30% usuais.

Segundo as estatísticas de março, do **IBGE**, a atual safra gaúcha é bem inferior à de 1984/85, esperando-se colher cerca de 1,97 milhão de t (quase a metade do que se previa, inicialmente). O rendimento médio está estimado, portanto, em somente 1.267 kg/ha. Destaque-se que ocorreu uma boa recuperação dos milharais, pois, em relação à primeira estimativa, a área aumentou 21%, e apenas o rendimento médio é menor, ficando abaixo 3,4%.

O governo federal vem implementando, desde outubro do ano passado, um programa de distribuição de milho aos pequenos criadores gaúchos de aves, suínos e bovinos de leite, tendo em vista que cerca de 70% do milho produzido no Rio Grande do Sul são consumidos na propriedade. Através deste programa, são direcionadas cerca de 6.000 t/mês, de forma a suprir parte de suas necessidades de arraçoamenro e evitar maiores prejuízos aos rebanhos estaduais.

No Paraná, até o fim de janeiro, a perda global da lavoura estava estimada em 3,6 milhões de t, representando 60% em relação às 6,1 milhões de t inicialmente esperadas, segundo o **Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura – Deral.** Este mesmo órgão, porém, observa que a produção prevista no começo do plantio estava superestimada, pois superaria até mesmo a boa produção do ano anterior (5,4 milhões de t). A estiagem atingiu duramente o estado, particularmente o Norte. Além do déficit hídrico, agravou-se o ataque de lagartas, que, por ser de difícil combate, causa elevados prejuízos às plantações. Na estimativa de março, do **IBGE**, as plantações, incorporando as zonas replantadas, apresentam um desempenho bem melhor. Assim, a produção, de 3,7 milhões de t, supera amplamente as 2,6 milhões de t da primeira avaliação do órgão (+ 42,3%). A área é 30,6% maior e o rendimento (1.667 kg/ha) 9,03% maior.

As primeiras estimativas referentes à **safrinha**, o plantio tardio paranaense, já indicavam expressivo aumento na área plantada, em decorrência dos sucessivos replantios, necessários nas áreas da safra **normal** atingidas pela seca. Isto fez com que o **Deral** estimasse que esta semeadura alcançaria cerca de 500 mil ha (127% a mais do que no ano passado), podendo gerar oferta adicional de 700 mil a 800 mil t. Houve dúvidas quanto à concretização desses números, pois o atraso no plantio e na colheita certamente chocar-se-á com a prefe-



rência dos produtores pelo plantio do trigo, em 1986, em razão dos bons resultados obtidos em 1985. Ademais, o próprio plantio da **safrinha** foi dificultado pela oferta irregular de sementes. Segundo a **Abrasem**, a produção de 139 mil t, em 1984/85, foi 3% inferior à registrada no ano-safra precedente. Além disso, o seu uso na safra **normal** foi maior do que o previsto, devido aos replantios.

Em São Paulo, a regularização dos índices pluviométricos veio antes do observado nos estados sulinos. Em trechos do Sul paulista, houve replantio de até 50% da área cultivada, metade classificada como cultivo tardio. Antes da seca, as avaliações do **IEA** previam uma produção perto de 3,1 milhão de t e, no auge da estiagem, este número foi diminuído para 2 milhões de t, pelo **IBGE**. No entanto, com a normalização das chuvas nas regiões de maior importância, passou a haver expectativa de que o resultado final possa ser superior ao até então esperado, muito embora ainda perdurem dúvidas quanto à qualidade da produção tardia.

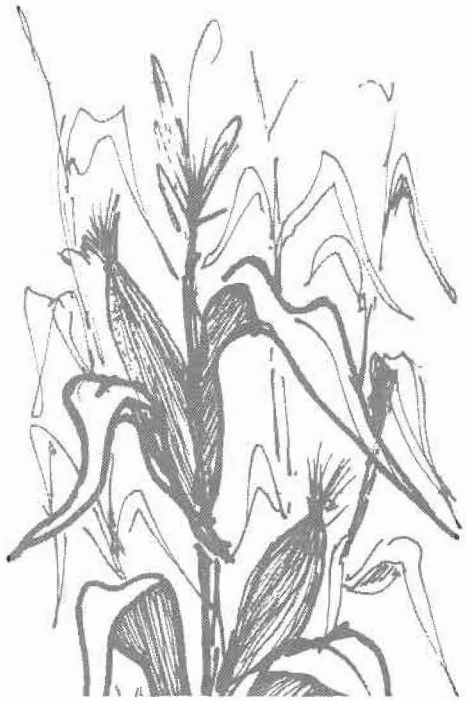
A situação dos milharais catarinenses é a melhor entre os estados sulinos, pois lá se deu a regularização das chuvas desde meados de janeiro. O milho ressemeado pôde, portanto, contar com umidade adequada para seu desenvolvimento. Como a safra ainda não foi reavaliada, continuam a vigorar os dados referentes à época da seca, a saber: produção de 1,7 milhão de t e plantio de 951 mil ha, segundo a **Cepa** local. Em áreas do Oeste do estado, onde se concentra o cultivo de milho, há previsões de que o rendimento alcance 3.000 kg/ha, desde que não ocorram geadas antecipadas em abril, que prejudicariam as lavouras plantadas na época em que se normalizaram as chuvas. De qualquer forma, será necessário que o estado conte com o produto de outros estados ou, mesmo, dos **EUA**, para o abastecimento local, já que o consumo, da ordem de 2,5 milhões de t/ano, excede a produção.

Pouco afetados pela estiagem, Minas Gerais e Goiás apresentam um quadro mais favorável, podendo vir a atender parte de duas necessidade de consumo.

No caso de Minas Gerais, o **IBGE** estimou, em março, uma produção de 3,3 milhões de t (9% a mais do que a de 1984/85), provenientes de 1,6 milhão de ha plantados. Já para Goiás, previu uma colheita de cerca de 1,8 milhão de t, o que significaria incremento da ordem de 6,6% sobre a produção do ano passado. A colheita goiana só não será maior devido à diminuição esperada no rendimento (estimado primeiramente em 1.972 kg/ha, contra 2.303 kg/ha, no ano passado, está previsto em 1.950 kg/ha) pois a área cultivada apresentou expansão de 27% no atual ano-safra. A parte mais importante do estado em termos desta lavoura, o Sudoeste, não teve necessidade de replantio, esperando perdas no rendimento entre 5% e 10%, resultantes da estiagem de outubro e do ataque de pragas. A lavoura goiana foi, em sua maior parte, cultivada dentro das recomendações técnicas, corroborando a opção pela cultura da maioria dos agricultores, no atual ano-safra. As maiores perdas ocorrerão nas áreas de plantio precoce, onde a colheita deverá iniciar-se em maio.

Este é, portanto, o quadro atual dos estados que, na safra 1984/85, responsabilizaram-se por 87% da produção brasileira (19,2 milhões de t). Em conjunto, a produção desses estados, este ano, deverá ser bem menor do que o atingido em 1984/85. Sem dúvida, trata-se de uma perda muito grande para a agricultura do país, pois, além das quebras imediatas da safra, espera-se uma depreciação da qualidade do produto final, com possíveis repercussões na oferta de sementes de milho para o ano-safra 1986/87.

Na fase que antecedeu a entrada da safra, ocorreu gradual liberação dos estoques existentes no mercado,



o que não impediu o governo federal de definir as quantidades a serem importadas ao longo do ano, apoiado nos cálculos do balanço de oferta e demanda.

Até o momento, foram efetuadas importações da ordem de 1,3 milhão de t, que, adicionadas ao estoque inicial, estimado pela **CFP** em 1º/01/86, em 2,4 milhões de t e à produção da safra, prevista em 18,7 milhões de t, representam uma oferta total de 22,4 milhões de t. Como o consumo de 1986 foi calculado, também pela **CFP**, em 21,9 milhões de t, haveria superávit de 500 mil t, considerado como estoque inicial para o ano-safra 1986/87. Tal quantidade é, entretanto, insuficiente para sustentar o consumo comercial previsto para o primeiro trimestre de 1987 (2,7 milhões de t) que antecede a colheita da próxima safra. Por esse motivo, o governo federal recentemente divulgou que voltará a importar milho no curto prazo.

Não se deve esquecer, porém, que o cálculo do consumo irá depender, basicamente, da evolução da avicultura brasileira, que, devido ao ciclo curto das aves, é muito flexível, com respostas ágeis aos movimentos do mercado de carnes.